

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em **sessão pública ordinária**, sob a presidência da sua excelentíssima Presidente, **Sandra Maria Sias Cardoso**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **Informação da Atividade da Câmara Municipal;**
2. **Apreciação do Relatório Semestral do Auditor Externo** nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais);
3. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Participação Variável no IRS 2020 – Município do Crato;**
4. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Imposto Municipal sobre Imóveis – Fixação da Taxa para o ano 2020 e Redução da Taxa de IMI em Função do Número de Dependentes;**
5. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Derrama para o Ano de 2020;**
6. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;**
7. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Transferência de Competências para o Município do Crato, no Âmbito do Decreto-Lei 116/2019, de 21 de agosto – Áreas Protegidas para 2019 e 2020;**
8. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Orçamento e Mapa de Pessoal para o Ano de 2020;**
9. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, das **Grandes Opções do Plano 2020/2023;**
10. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Autorização Prévia Genérica Relativa aos Apoios a Conceder às Freguesias do Concelho do Crato;**
11. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Norma de Controlo Interno do Município do Crato.**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

12. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Crato**;
13. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **3.ª Revisão ao Orçamento 2019**;
14. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2019 - 2020**

### Presenças:

#### Membros da Assembleia Municipal:

Registou-se a presença de Sandra Maria Sias Cardoso, Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, José Filipe da Conceição Carrilho, Francisco João Belo Farinha, António Manuel Iria Matias, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho e José Camilo do Rosário Videira.

O eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet** fez-se substituir por **António Rodrigues Carita e Lopes Caladinho**.

No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, **Sérgio João Farinha Calado**, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, **Ana Isabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces**, Presidente da Junta de Freguesia de Cáfete, **José Manuel Abreu Garcia** e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, **Rui Miguel Subtil Pires**.

No que respeita aos membros do **Executivo Municipal**, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo** e dos senhores Vereadores **João Manuel Ferreira Farinha**, **Marco Fernando Duque de Mendonça** e **Marco Paulo Janeiro Rosa**.

O senhor Vereador **Ângelo Miguel Guerra Pires Fernandes** não esteve presente.



Registou-se a presença de público.

Verificado o quórum necessário a senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso** deu início aos trabalhos pelas vinte uma horas e treze minutos.

### **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou do registo da correspondência **recebida e expedida de 26 de setembro a 8 de novembro de 2019**, sendo o mesmo entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a proposta de **ata nº 5/2019 da sessão ordinária de 30 de junho de 2019** à votação a qual foi **aprovada por maioria, a saber:**

- a) **18 (dezoito) votos a favor**, a saber:
- **9 (nove) votos do Grupo do PS:** Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Cáfete, José Manuel Abreu Garcia.
  - **6 (seis) votos do Grupo do PSD:** António Rodrigues Carita e Lopes Caladinho, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

- **3 (três) votos do Grupo da CDU:** Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.
- b) **1 (uma) abstenções**, a saber:
  - **1 (um) voto do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva. (por não ter estado presente na referida reunião).

## PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:

### 1. Informação da Atividade da Câmara Municipal

Interveio o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que a informação da atividade camarária continua a melhorar, é essencial, mas considera que há um pequeno pormenor que não entupirá os serviços e é pertinente, que é o envio das declarações de voto dos vereadores, caso os mesmo as apresentem.

A **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso**, referiu que, numa assembleia anterior foram dadas indicações à técnica para proceder ao envio das declarações de voto apresentadas na Câmara Municipal, se as mesmas não chegaram foi porque não foram entregues, apesar de constar na ata da Câmara, que os vereadores iriam apresentar declaração de voto.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Diogo**, esclareceu a Assembleia Municipal que, já não é a primeira vez que acontece, os vereadores eleitos pelo PSD dizerem que entregam declarações de voto, mas não as fazem chegar ao Executivo.

Tomou a palavra o eleito **Miguel Batista, do PS**, salientando alguns aspetos do Relatório da Atividade Municipal, mormente as bolsas atribuídas aos estudantes do ensino superior que passaram de doze para quinze estudantes abrangidos, o programa do sucesso escolar e da sua equipa, que continua a fazer um trabalho notável, fazendo referência também à Plataforma Virtual que o Município oferece aos alunos e aos encarregados de educação, considerando uma mais valia, pois não é em todos os Concelhos que isto acontece, bem como a chegada de material didático para a Escola EBI/JI.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



Nomeou também as nove candidaturas ao PEPAL (Programa de Estágios Profissionais da Administração Local), para jovens que terminaram os estudos no ensino superior, congratulando-se com a iniciativa pois considera uma forma de fixar jovens no concelho do Crato.

Relativamente à secção de obras deu nota positiva às candidaturas apresentadas, nomeadamente o Centro de Recolha Animal, os dois Parques de Autocaravanismo, o Caminho das Alcatruzes e Ligação Crato/Flor da Rosa. Em relação à eficiência energética referiu todo o esforço que tem sido feito nos variadíssimos edifícios municipais, permitindo uma redução de custos em energia e também um avanço para a Pegada Ecológica.

No aspeto Social salientou o Passeio do Idoso 2019 que foi considerado um êxito, o apoio às IPSS's e coletividades sempre muito efetivo e eficiente.

A nível Cultural e Desportivo salientou o mês da Musica, com a realização de concertos, exposições, palestras, registando com bastante agrado o número de visitas ao Posto de Turismo e Mosteiro, bem como, as Caminhadas que têm sido organizadas pelo setor do Desporto, a atividade das piscinas no Verão, que este ano foi muito boa.

Fez referência à limpeza de ribeiras e caminhos, à desobstrução que foi feita na ponte celta da Herdade do Prado, a preocupação que a Câmara Municipal e os serviços tiveram com a vespa Volutina que já foi detetada no Concelho do Crato, bem como o simulacro com a Altriflorestal, provando a eficiência e o trabalho que está a ser feito pelo Município.

Por fim, fez menção à evolução da contabilidade de custos, esperando que a mesma seja efetivada em breve.

Interveio o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, congratulando-se com o relatório apresentado, fazendo uma ressalva na área do Turismo, dizendo que se está no bom caminho, mas não se deve confundir visitantes com dormidas, pois o valor acrescentado no Turismo vê-se pelas dormidas, e segundo os dados do INE, os números das dormidas são bons, devendo continuar-se a publicitar a nossa região com bastante humildade e com passos seguros.

Tomou a palavra o eleito **António Rodrigues Lopes, do PSD**, dizendo que o documento apresentado tem espelhado o dia-a-dia daquilo que é o trabalho de uma Câmara, considerando que faltam algumas coisas, mormente o trabalho de limpeza de alguns caminhos, evitando assim a propagação de incêndios.



Em relação às Termas de Monte da Pedra, considera que, não há nenhuma referência à conservação e preservação deste edifício que é património da Câmara Municipal.

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires**, considerando que no documento estão bem esplanadas as atividades realizadas pela Câmara Municipal e, no que diz respeito à sua área de trabalho em particular, disse que há trabalho feito e bem feito, nomeadamente, conservação de estradas e prevenção de incêndios.

Referiu que, existe uma série de candidaturas a projetos ao nível do Portugal 2020, nomeadamente no âmbito do Eixo – Ambiente e Sustentabilidade e, sugeriu ao senhor Presidente fazer-se uma candidatura para a requalificação da Ribeira de Monte da Pedra, considerando uma mais valia para o Concelho, pois é a única freguesia que tem uma ribeira que atravessa o interior da aldeia.

Sugeriu também, que a Câmara fizesse uma candidatura para equipar as freguesias de rede wireless, contribuindo assim para a infoexclusão.

No âmbito do Portugal 2020 no Eixo Prioritário – Eficiência energética e mobilidade, disse que, se podia aproveitar, sob o pretexto de uma ligação pedonal, a requalificação da entrada Rua da Escola em Monte da Pedra, reconhecendo não saber se é possível fazer-se.

Considera que, o valor recebido pela Câmara Municipal na taxa de 5,0% aplicada no IRS, deveria vir tipificado naquilo que são as ações desenvolvidas pelo setor de Ação Social, no sentido de se perceber onde esse valor está a ser aplicado.

Do ponto de vista mais operacional e de maior preocupação, perguntou para quando a conclusão da obra do cemitério de Monte da Pedra e da rede de proteção do polidesportivo, disponibilizando os serviços das Junta de Freguesia a que preside para ajudar a resolver estas situações.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, cumprimentando todos os presentes e dizendo que, iria ser bastante resumido naquilo que seriam as suas respostas.

Disse que, a atividade da Câmara Municipal é o reflexo daquilo que foi feito este último mês, período mais curto que o habitual, mostrando-se entristecido com o facto de algumas pessoas não terem visão suficiente para ver o que realmente está colocado neste relatório, nomeadamente algumas candidaturas feitas, sugerindo uma leitura mais atenta do referido documento.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



Mostrou-se bastante satisfeito com o trabalho feito, mediante os recursos que a Câmara dispõe, em termos de planeamento e projeção para o futuro, bem como, da condição e estabilidade financeira que o Município apresenta atualmente.

Relativamente às Termas de Monte da Pedra, informou, mais uma vez, que há uma comissão formada com o aval desta Assembleia Municipal, para avaliação desta situação, informando que está para breve uma intervenção de limpeza e desmatação da zona envolvente a este edifício.

Em relação à requalificação da Ribeira de Monte da Pedra, disse terem sido feitas algumas intervenções na mesma, existindo a preocupação de continuar a trabalhar nesta questão.

No que diz respeito à rede de comunicações, disse que a Câmara mantém contactos com as operadoras no sentido de resolver a situação, nomeadamente a operadora que é detentora da distribuição de rede fibra no concelho do Crato, de maneira a, eventualmente, poder ser feito um acordo de alargamento da mesma.

Disse que, relativamente à rede wireless, há uma candidatura para os centros históricos através do Turismo e outra através da União Europeia, com o intuito de complementar as duas, para a abrangência ser maior.

Mostrou-se admirado com o facto de haver algumas intervenções, pois no Orçamento e Grandes Opções do Plano está tudo explanado de modo a ser lido por todos.

Referiu ainda que, eventualmente com a contabilidade de custos vai ser mais perceptível aquilo que são as diretrizes de alguns investimentos, dando nota que, em termos de apoios sociais, regressou o apoio às IPSS's do Concelho que são cerca de mais de cinquenta mil euros, pois estas instituições fazem um investimento na economia social bastante avultado no concelho do Crato. Foi fortalecido algum apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Crato, bem como, o regresso das bolsas ao Ensino Superior, perfazendo no total mais de cento e cinquenta mil euros em apoios que não existiam no início deste mandato.

A Habitação Social disse que está em projeto nas Grandes Opções do Plano, bem como, o Polidesportivo e o Cemitério de Monte da Pedra, com situações ainda por esclarecer, mas com a intenção de iniciar as obras com a maior brevidade possível.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, considerando que na futura informação do senhor Presidente da Câmara, deveriam de ser colocados os montantes despendidos pela Câmara Municipal, que não são da sua responsabilidade, mas sim, da responsabilidade da Administração Central, nas áreas da Ação Social,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

Educação e Apoio ao Associativismo, pois perante estes números, pode ser que se tenha a noção daquilo que é a ação da Câmara em situações concretas que não são da sua competência.

- 2. Apreciação do Relatório Semestral do Auditor Externo nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais)**

O Auditor Externo, **Dr. Pedro Januário Costa**, fez uma breve apresentação do Relatório Semestral da situação financeira do Município, disponibilizando-se para qualquer esclarecimento que os eleitos tivessem como pertinente.

Tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Garcia**, dizendo que a exposição do Dr. Pedro Costa é uma apresentação técnica e traduzindo-a para uma linguagem mais corrente, leva a crer que a gestão financeira e económica da Câmara está a traçar um bom caminho, nomeadamente no que diz respeito aos rácios de execução orçamental, tanto na receita como na despesa, mostrando-se surpreendido com o facto de ter havido uma transferência de despesas correntes para despesas de capital, revelando mais investimento, ou seja, a gestão da Câmara está a ir beber verbas à despesa corrente para proceder a investimentos de natureza pública.

Disse que, depreendeu daquilo que o Dr. Pedro Costa relatou, que as dívidas de curto prazo de pagamento a fornecedores, diminuíram substancialmente de 2018 até ao final do primeiro semestre de 2019, sendo de louvar este comportamento de gestão por parte da Câmara Municipal do Crato.

Fez referência também à redução do endividamento bancário, apesar de ser um procedimento normal, pois havendo dívidas terá que haver também obrigações para com as entidades credoras no pagamento das mesmas, pagamento esse que não tem faltado.

Concluiu dizendo que, caminhando assim, em termos financeiros, a Câmara Municipal está no bom caminho para uma boa gerência.

- 3. Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Participação Variável no IRS 2020 – Município do Crato**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo eu este é o momento para colocar a verdade sobre algumas imprecisões de quem não entende nada do assunto ou não quis ler, pois este é um imposto, no qual foi descentralizado uma parte do seu rendimento para as autarquias locais, considerando ser um presente envenenado na questão da variante. Disse que houve apenas um ano no Município do Crato, em que a taxa de variação baixou.

Referiu que, esta é uma receita que advém para o Município, pasmando-se com certas posições que sugerem que a taxa baixe para o mínimo, quando esta taxa só é aplicável a certo e determinado montante dos rendimentos incidindo no IRS.

Disse que iria entregar uma declaração de voto, a qual demonstra tecnicamente a importância desta situação e o que leva os eleitos do grupo da CDU a votar esta proposta favoravelmente.

Concluiu dizendo que, em 2015, o Município arrecadou sob esta verba, a quantia de 94.505,00 euros, em 2016 arrecadou 81.697,00 euros, em 2017 arrecadou 76.286,00 euros e em 2018 arrecadou 87.860,00 euros, concordando que estas verbas deverão ser alocadas à Ação Social.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Garcia**, dizendo que, relativamente a este assunto, o grupo municipal do PS está de acordo com a intervenção do eleito Fernando Carmosino, e sendo este é um Município com receitas limitadas, considera que não há motivo para esta proposta ser rejeitada, pois só uma ínfima parte dos munícipes do Crato poderão ser lesados em termos de tributação de IRS, ou seja, apenas aqueles com rendimentos muito altos.

Lembrou que a receita arrecadada em 2018 e mediante o Relatório de Contas do Município, foi gasta em despesas de ação social, nomeadamente as bolsas atribuídas aos estudantes do ensino superior.

Interveio o eleito **João Gonçalves, do PS**, considerando que esta proposta merecia unanimidade de uma Assembleia ou de qualquer órgão, pois considera que o Município do Crato tem receitas baixas e, que, a proposta da Câmara Municipal vinca muito bem que esta verba deverá alocar à área social, nomeadamente IPSS's, Bombeiros, Bolsas ao Ensino Superior, entre outras.

Referiu que, se cortar nas receitas não poderá haver despesa, questionando a quem se propõe rejeitar esta proposta qual será a despesa relativamente à ação social que cortam, pois supostamente quem se opõe fez um estudo de quem lucrará e quem será prejudicado com a medida inversa, para se poder comparar os ganhos com as perdas.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

Tomou a palavra o eleito **António Rodrigues Lopes, do PSD**, manifestando que os argumentos ali apresentados eram humanistas, sociais, parecendo-lhe equilibrados e razoáveis, mas existindo ali uma falácia enorme. Expôs que no seu entender e tal como o eleito Fernando Carmosino tinha dito e muito bem, esta participação variável, parecia-lhe ser um presente envenenado da parte do Governo. Sublinhou que tal como era do conhecimento de todos, na política nacional do Governo, havia cada vez mais, um desfasamento entre a distribuição da receita e a aplicação da mesma de forma justa, com reciprocidade para todos os cidadãos, em igualdade de direitos.

Disse parecer-lhe que esta questão ia mais fundo do que parecia e não podiam querer alinhar por uma medida de tirar aos ricos para dar aos pobres. Explicou parecer-lhe que as pessoas que iam pagar eram cidadãos de pleno direito, que podiam pagar mais do que aqueles que nada pagavam, mas porque tinham responsabilidades acrescidas com o próprio património, o mesmo que só lhes servia para fazerem despesa, não servindo para terem qualquer receita. Declarou compreender os argumentos dos interlocutores, mas não concordava, por entender que esta questão, que era de facto um presente envenenado, tinha de ser decidida com políticas nacionais e com o Orçamento de Estado. As Câmaras tinham de decidir sobre a sua receita e a sua despesa a nível global, tratando-se de orientar e gerir o mais adequadamente possível.

Completo dizendo que estaria de acordo caso a importância entre a percentagem proposta pela nossa parte e a percentagem dos 5%, desse um montante superior, que fosse uma mais valia para o Concelho, dando um aumento relevante na qualidade de vida das carências do mesmo. Garantiu que a proposta apresentada não daria em nada e que era o mesmo que se dar uma bolacha a alguém que tinha fome, unicamente por não conseguir dar-lhe aquilo a que tinha direito. Concluiu afirmando estar de acordo com os argumentos ali apresentados, mas não podia valer tudo. Afirmou ser a Câmara como entidade municipal e o Estado, que tinham de ir e gerir, ao encontro destes problemas, gerindo aquilo que tinham.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Diogo**, explicou não ser sua intenção falar neste ponto, mas entendeu não viver no mesmo país, que o eleito António Rodrigues Lopes. Recordou que o Governo do qual o eleito António Rodrigues Lopes, falava, era o mesmo que tinha repostos o que o partido que o elegeu, tinha cortado. Deu o exemplo das pensões, dos abonos de família, das taxas moderadoras, dos congelamentos de progressões nos serviços públicos, da falta de investimento e do aumento da imigração. Perguntou se agora o responsável por esta situação era o atual Governo.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO  
REUNIÃO ORDINÁRIA



Garantiu que com toda a certeza não viviam no mesmo país. Explicou que aquilo que ali estavam a discutir não era nem uma retenção nem um corte, mas sim uma devolução. Afirmou que deveriam haver poucos Municípios que recebessem mais de 20 euros por ano desta devolução. Perante esta realidade perguntou se quem tinha rendimentos ligeiramente superiores, não podia abdicar desse valor para ser investido nas áreas das quais estavam a falar. Completou declarando que a confusão não deveria ser das outras bancadas, mas sim do eleito António Rodrigues Lopes.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Diogo**, esclareceu não saber qual a metodologia de pensamento da parte do referido eleito, sentindo-se obrigado a falar nisto, por ter sido completamente descabido aquilo que tinha acabado de ali apresentar, com o devido respeito pela explanação feita.

Tomou a palavra o eleito **António Rodrigues Lopes, do PSD**, agradecendo a alusão que o senhor Presidente da Câmara, Joaquim Diogo, tinha feito sobre a situação. Esclareceu que relativamente ao partido pelo qual tinha sido eleito, assim como em relação ao Governo atual, era um facto que aquilo que o senhor Presidente Joaquim Diogo tinha dito era verdade. Garantiu que era desse lado que também ele se encontrava. Afirmou ter discordada daquilo que o PSD tinha feito, por isso estava numa linha crítica do partido, mas não lhe interessava nada, visto a prática estar, longe da ideologia.

Declarou que nesse campo, dava alvíssaras ao Partido Socialista. Continuou as suas declarações, dizendo que apesar disso, não chegava e que tal como a imagem que tinha dado da bolacha, também aqui era pouco, ganhando atualmente menos do que ganhava há dez anos atrás. Questionou se perante esta realidade não se podia queixar. Expôs que a distribuição tinha de ser justa e o Partido Socialista tinha de fazê-la ideologicamente de uma forma muito mais corajosa, porque era isso que era necessário fazer e o PSD à posteriori teria ainda mais obrigação de o fazer em consentâneo com a ideologia social democrata. Completou que dava a mão à palmatoria, vendo-se as asneiras que foram feitas, das quais não tinha culpa, pois ninguém lhe tinha pedido opinião.

Concluiu que neste caso concreto do Crato, era irrelevante abdicar de 20 euros, mas não se aproveitava nada e o problema iria continuar a manter-se.

O eleito **Francisco Sampaio Soares, do PSD**, esclareceu que também ele não era para intervir neste ponto, mas não lhe restou alternativa. Concordou que o Governo PSD tinha feito uns quantos cortes e tinha também limitado os gastos do Estado. Explicou que esta situação aconteceu porque quando o Governo PSD tomou



conta do país, este estava na banca rota, para a qual tinha sido levado pelo PS, governado por alguém que atualmente estava a responder criminalmente.

Expôs estarem ali em causa perspetivas diferentes da forma em como a economia devia funcionar assim como da sociedade. Frisou esperar que o país não viesse a pagar duramente a carga fiscal que sofria nestes últimos anos, porque o Governo, tal como dizia o seu colega, para garantir a despesa aumentava a receita e em quanto fosse conseguindo aumentar a receita iria conseguir suportar a despesa. Lembrou que o problema era que a despesa iria aumentar de tal forma que não haveria maneira de se ir buscar mais receita através dos impostos a cobrar aos cidadãos deste país.

Declarou que ali estava em causa uma perspetiva mais liberal, que também era a sua e que lhe parecia poder trazer riqueza ao país. Citou ser produzindo riqueza que a mesma podia ser distribuída e alertou para que se a carga fiscal fosse de tal forma pesada, a atividade privada não conseguia gerar riqueza suficiente.

O eleito **Francisco Sampaio Soares, do PSD**, clarificou que na sua opinião, para se garantir a despesa não se podiam cobrar impostos, devendo-se reduzir a despesa e saber geri-la para que os impostos pudessem ser mais leves.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Diogo**, referiu relativamente a este assunto, parecer-lhe que a questão da bolacha era muito bem colocada e para ele a gestão do Governo PSD tinha sido muito disso. Sublinhou que os indicadores não diziam e não refletiam aquilo que o eleito Francisco Sampaio Soares estava a dizer relativamente ao investimento, ao crescimento de novas empresas, de novas oportunidades de negócio e que tinha de ser feito um caminho de equilíbrio para devolver algumas destas prestações sociais.

Lembrou que o caminho feito durante quatro anos foi aos mais pobres, aos que tinham menos rendimentos e atualmente estava a ser feito de uma outra forma. Expôs também o aumento do salário mínimo e explicou que com esta medida motivavam a economia ao contrário do que aconteceu durante quatro anos onde tinham castrado completamente as pessoas do desejo de qualquer tipo de melhoria nas condições de vida.

Voltando à temática do IRS, afirmou manter a sua posição e manifestou ser uma ínfima parte dos Municípes que teriam esta não devolução deste pequeno valor. Concluiu que esta medida era fazer o bem e que essas pessoas tivessem a consciência que o valor em causa era investido nos apoios sociais referidos.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

### A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, propõe:

Nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, conjugado com o disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a taxa de 5,0% a que o Município do Crato tem direito nos termos da Lei, referente à participação no IRS, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município do Crato, referente aos rendimentos auferidos no ano de 2020 e alocar a referida verba, à Área Social, nos termos da deliberação n.º 305 da minuta da ata n. 24/2019, de 17 de outubro.

Após discussão, a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **Participação Variável no IRS 2020**, a qual foi **aprovada por maioria**, a saber:

a) **13** (treze) **votos a favor**, a saber:

- **9** (nove) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **4** (quatro) **votos do Grupo da CDU**: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.

**(Com apresentação de declaração de voto)**

b) **6** (seis) **votos contra**, a saber:

- **6** (seis) **votos do Grupo do PSD**: António Rodrigues Carita e Lopes Caladinho, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

#### **4. Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Imposto Municipal sobre Imóveis – Fixação da Taxa para o ano 2020 e Redução da Taxa de IMI em Função do Número de Dependentes**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

### **A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, propõe:**

Fixar a taxa do imposto municipal sobre imóveis prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Decreto-lei 287/2003, de 12 de novembro, com a nova redação dada pela lei nº 7-A/2016, de 30 de março, em 0,3%, que corresponde à taxa mínima fixada na Lei, para o ano de 2020 e aprovar a redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis em 20€, 40€ e 70€, o valor da redução dos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, 1,2,3 ou mais, respetivamente, nos termos da deliberação n. 306 da minuta da ata n.º 24/2019, de 17 de outubro.

Após discussão, a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o **Imposto Municipal sobre Imóveis – Fixação da Taxa para o ano 2020 e Redução da Taxa de IMI em Função do Número de Dependentes**, à votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

### **5. Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Derrama para o Ano de 2020**

#### **A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, propõe:**

Aprovar a não aplicação de Derrama, prevista no n.º 1, do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nos termos da deliberação n. 307 da minuta da ata n.º 24/2019, de 17 de outubro

O eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, manifestou que com uma aprovação que contaria com o voto favorável do seu grupo, não poderia haver nenhuma queixa da parte de qualquer investidor.

O eleito **António Rodrigues Lopes, do PSD**, esclareceu que falando com algum gracejo, seriamente, aquilo que se pensava para o Concelho, era que o mesmo necessitava de investimento. Expôs que a Câmara e as entidades tinham de o fazer, mas seriam as entidades do domínio privado que o teriam de realizar.

Declarou que esta medida podia não ser muito relevante, podia não trazer muitos investimentos, porque para isso era necessário calcorrear caminhos, incitar contatos para que isso pudesse acontecer, como já tinha acontecido em alguns locais do país. Acrescentou que a derrama era um sinal que dizia que o Concelho estava de braços abertos para quem quisesse aqui investir. Concluiu as suas declarações felicitando a Câmara por esta decisão.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Garcia**, dizendo que, a não aplicação da derrama, não significava que as empresas sediadas no Concelho não apresentassem lucros, que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



os gestores das mesmas fossem maus assim como os seus empresários. Afirmou tal como os seus anteriores colegas, que esta medida visava cativar e atrair novos investidores, sendo por isso mesmo uma medida a louvar.

Interveio o eleito **João Gonçalves, do PS**, considerando que estes dois últimos pontos vinham colocar ainda mais em evidencia, o apoio dado pela Câmara a toda a atividade desenvolvida no Município. Afirmou que com honestidade, não era por falta de apoios que o nosso Município não se encontrava noutra patamar, bastando ver-se todos os apoios que a Câmara dava a todas as entidades do Município.

Fez o convite a quem quisesse ler as Atas, porque em algumas delas, mais de 50%, uma larga maioria das decisões, eram apoios a Instituições. Se havia coisa que a nossa Câmara fazia, era apoiar as Instituições, a todas elas, com uma generosidade que possivelmente nos grandes centros era impossível alcançar. Afirmou que esta atitude reforçava a posição que antes tinham tomado e que não tinha merecido a unanimidade da Assembleia.

O eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, referiu que esta questão da derrama não tinha apenas a virtualidade dos lucros que os empresários pudessem ter. A derrama podia ajudar e servir perfeitamente os empresários já instalados, para consolidarem a sua presença. Disse não haver interesse na entrada de empresários só por este ou aquele motivo e que saíssem ou cessassem atividade outros tantos. Deu o exemplo recente do que tinha acontecido na economia portuguesa com a baixa do IVA para a restauração. Declarou que demagogos tinham sido aqueles que afirmaram que com essa medida se iriam criar muitos postos de trabalho. Sublinhou que a vantagem tinha sido a manutenção de postos de trabalho e o ter retirado da falência e de cessarem atividade milhares de empresas da restauração. Concluiu que com a não aplicação da derrama seria semelhante, podendo não vir novos empresários, mas ajudando a consolidação daqueles que aqui exerciam a sua atividade.

Após discussão, a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **não aplicação da Derrama para o Ano de 2020, à votação**, o qual foi **aprovado por unanimidade**.

- 6. Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, para informar que estavam de acordo, que este era um instrumento para aligeirar as questões, para ser célere naquilo que era para se decidir e que deste modo votariam favoravelmente.

Após discussão, a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, à votação**, o qual foi **aprovado por unanimidade**.

7. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Transferência de Competências para o Município do Crato, no Âmbito do Decreto-Lei 116/2019, de 21 de agosto – Áreas Protegidas para 2019 e 2020**

**A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso propõe:**

Aprovar a rejeição da assunção das competências, para os anos de 2019 e 2020, prevista no Decreto – Lei nº116/2019, 21 de agosto, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da domínio da Cogestão das Áreas Protegidas, ao abrigo da alínea c), do artigo 20.º, da Lei 50/2018, 16 de agosto, nos termos da deliberação camarária n.º 315 inserta na minuta da ata n. 24/2019 de 17 de outubro, anexa e parte integrante da presente proposta, pelo motivo que existe um vazio de objeto nesta matéria e não faz sentido a assunção de competências nesta área pelo motivo que o Município não tem e nunca terá de exercê-las por impossibilidade física.

Após discussão, a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **Transferência de Competências para o Município do Crato, no Âmbito do Decreto-Lei 116/2019, de 21 de agosto – Áreas Protegidas para 2019 e 2020, à votação**, o qual foi **aprovado por unanimidade**.

8. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Orçamento e Mapa de Pessoal para o Ano de 2020**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO  
REUNIÃO ORDINÁRIA



A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou que o Grupo Municipal da CDU tinha entregue na mesa da Assembleia uma Declaração de Voto sobre esta matéria.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino**, da CDU, afirmando que estes eram instrumentos fundamentais, mas não eram documentos fechados, à exceção do mapa de pessoal. Explicou não ser por acaso que ao longo dos tempos e também no atual mandato, tanto em sede de Câmara como de Assembleia, já terem existido revisões orçamentais. Manifestou estarem perante uma proposta que tinham analisado, mas para não haver equívocos, visto existir uma questão sobre os três documentos, apresentaram uma declaração de voto, que era favorável a qualquer dos documentos em apreço.

Explicou ter sido acionado um mecanismo legal que era o cumprimento do estatuto do direito de oposição. Elucidou que este estatuto consistia em que os partidos políticos que não tinham ninguém em regime de permanência nos executivos, ou que não tinham pelouros distribuídos, aquando a elaboração destes documentos, deviam ser convocados para reunião específica.

Esta reunião seria para serem ouvidos sobre a matéria, darem as suas opiniões e ouvirem quem estava à frente do destino do Município, a explanar quais eram as intenções para a elaboração destes mesmos documentos. Expôs que também se sabia existirem algumas distorções, mas isso era um problema de cada um dos partidos. Garantiu que aquilo que competia às Câmaras Municipais era a convocação dos respetivos partidos para as suas sedes centrais, que era a morada que tinham no registo do Tribunal de Contas.

Acrescentou que iriam votar favoravelmente por terem sido convocados para a reunião, por terem participado na mesma, realizada no dia 07 de outubro, onde entregaram um documento ao Presidente da Câmara e ao Vereador. Informou terem ouvido aquilo que lhes disseram e terem apresentado um conjunto de propostas, que não era o seu próprio programa eleitoral, porque este era apenas para um ano. Clarificou terem apresentado aquilo que consideravam prioritário. Deu o exemplo da recuperação da degradante habitação social do Concelho e da prioridade para todas as infraestruturas de saneamento básico, do abastecimento de água e da separação das águas residuais das águas pluviais, em todo o Concelho, até por causa do quadro 2030.

O eleito **Fernando Carmosino da CDU**, aclarou que depois de todo este processo, constataram em Reunião de Câmara que o conjunto das propostas apresentadas pelo seu partido tinham sido aceites e por esse motivo não iriam com toda a certeza votar contra. Concluiu as suas declarações, lembrando aquilo que tinham afirmado

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



na tomada de posse do atual executivo: “nós não somos parte do problema, nós somos parte da resolução e da resolução dos problemas do Concelho do Crato.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Garcia**, sublinhando começar as suas declarações, utilizando as últimas do eleito Fernando Carmosino e congratulando-se com o facto de o Orçamento ser também um documento aberto a todas as forças políticas que faziam parte do executivo municipal. Lembrou também de ser um documento participativo em que a CDU, no direito do estatuto de oposição tinha contribuído com sugestões para serem incluídas no Orçamento, sugestões essas que tinham sido aceites pelo senhor Presidente da Câmara.

Apontou o facto de o PSD não ter exercido o estatuto do direito de oposição e como tal não ter contribuído em nada, para o atual Orçamento. Reforçou que o Orçamento não era nada mais, nada menos, do que um documento previsional.

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Garcia**, recuou ao início desta sessão/reunião, ao momento em que o Dr. Pedro Costa frisou que os índices de execução orçamental de 2018 para 2019 tinham aumentado, tanto em termos de receitas e despesas correntes com em receitas e despesas de capital. Completou desejando que a situação assim se mantivesse com este novo Orçamento para 2020. Sublinhou que um Orçamento não era feita para um nicho, um leque, um conjunto, uma classe profissional ou de pessoas, mas sim para todos os Municípes. Manifestou que deste modo, este era um Orçamento capaz de responder perante as GOP's.

Sublinhou o acréscimo de 200 mil euros de despesas de capital presente neste novo Orçamento, em relação às despesas correntes. Completou afirmando que este Orçamento dizia que iria haver mais investimento público no ano de 2020, o que era de salientar no executivo desta Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente. Destacou duas das obras contempladas neste Orçamento, sendo a primeira a construção do Parque das Oficinas Municipais e a segunda, o Alargamento do Cemitério Municipal do Crato. Sublinhou que qualquer uma delas era de urgência máxima para o bom funcionamento da Câmara e para as necessidades dos Municípes. Sobre o quadro de pessoal elucidou que o mesmo traduzia aquilo que a Câmara necessitava em recursos humanos, meios técnicos, operacionais e administrativos.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

O eleito **António Rodrigues Lopes, do PSD**, esclareceu que as referências que iria expor se enquadravam em algumas preocupações já por si assinaladas. Pediu desculpa ao senhor Presidente da Câmara, Joaquim Diogo, por algumas das palavras que teria de lhe dizer, apesar de algumas coisas positivas feitas pelo mesmo, como era o caso de superação da dívida, conseguindo assim uma margem de endividamento. Disse ter a perceção pessoal e também por aquilo que ia sentindo nas suas deambulações pelo Concelho do Crato, que o senhor Presidente estava a dececionar um pouco, aquilo que eram as suas expetativas.

Manifestou que, quando o senhor Presidente da Câmara foi eleito, sendo um jovem empreendedor, com espírito de inovação, pensou que este fosse remar contra a maré de um certo ativismo, de uma certa manipulação que o Partido Socialista tinha utilizado neste Concelho e que tinha dado origem, a que o mesmo estivesse desta forma. Garantiu que o senhor Presidente da Câmara, Joaquim Diogo, tinha dado um salto qualitativo nesse sentido e por esse motivo gostava de o abraçar e de o felicitar, mas tinha de lhe repetir que estava dececionado. Sublinhou desejar estar enganado, mas ficava apreensivo quando via que existia uma perceção, de que o senhor Presidente da Câmara, Joaquim Diogo, estava a gorar expetativas que estavam colocadas nele. Afirmou não ter votado no agora Presidente da Câmara, mas também tinha tido essas expetativas e tinha sido desse modo que o tinha felicitado aquando da sua vitória.

O eleito **António Rodrigues Lopes, do PSD**, explicou que ao verificar os Orçamentos e as GOP's, concluía existirem situações de relevância de boa gestão, mas faltava ambição e coerência absolutamente indispensáveis. Comparou a gestão de uma Câmara à gestão doméstica de uma casa, sublinhando que nesta última os pais podiam conseguir gerir poucos recursos em benefício de muitos filhos, enquanto outros, com muitos recursos e poucos filhos, tinham imensos problemas, imensos desequilíbrios, tal e qual o que se passava no nosso país.

Afirmou que o PSD tinha cravado um fosso na sociedade portuguesa, que o PS tinha feito exatamente o mesmo, destruindo ideologicamente aquilo que devia ser o sustentáculo do bem-estar coletivo deste país e desta nação. Garantiu que no Crato, tinha de haver ambição e que este atavismo a que as pessoas foram sujeitas depois do 25 de abril, fez com que esta vila deixasse de ser uma vila industrial para ser uma aldeia, que qualquer dia estaria em destruição. Declarou saber que este documento era um instrumento técnico a médio prazo, mas via no mesmo, a atualização, a execução do que ali estava previsto, já falho de ambição, porque muitas coisas não tinham sido feitas e em termos de projeção para o futuro, também não via que dessem o salto qualitativo no Crato. Completou afirmando que esta situação lhe desagradava, porque não era tão jovem

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



que pudesse dizer que daqui a 30 ou 40 anos o Crato fosse diferente. Expôs que gostaria de dar esperança às pessoas que aqui estavam, porque a sua esperança era ir para o sítio onde estavam os seus pais. Acrescentou não ter uma expectativa positiva sobre este documento, apesar das qualidades técnicas que ali eram referidas e que não as negava. Afirmou que o necessário era a ambição, a intencionalidade, o ver mais longe, o arriscar.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires**, dizendo que sobre a elaboração do Orçamento colocava um desafio. Explicou ser um facto, que o senhor Presidente da Câmara não tinha de o fazer, mas porque não consultar e ouvir os Presidentes de Junta de Freguesia, antes de elaborar o Orçamento. Declarou saber que o Orçamento era da Câmara, mas tal como o senhor Presidente tinha afirmado, existiam nos documentos em causa, diversas situações elencadas para as Freguesias.

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires**, expôs não ter dito que assim não era, mas na retórica do senhor Presidente da Câmara, em português suave, o mesmo tinha dado a entender que ele não tinha lido o documento. Garantiu ter lido todos os documentos. Esclareceu que a questão por si colocada tinha a ver com a data calculada para o início das ações previstas em Orçamento e GOP's. Disse julgar ser interessante, porque do ponto de vista da gestão e até da qualidade, o ponto de vista estava definido, bastando apenas definir a meta.

Tomou a palavra o eleito **Miguel Batista, do PS**, lembrando que este assunto, no passado, era sempre bombástico. Deu os parabéns, relevando ao executivo, o facto de este assunto estar a ser bastante pacífico, ser um documento muito bem feito e bem-apresentado. Destacou que o Mapa de Pessoal passou a ser completamente pacífico e o Orçamento, tendo algumas críticas, era natural que assim fosse, da parte da oposição que tinha de fazer alguma coisa. Perguntou ao eleito António Rodrigues Lopes, do PSD, se este se recordava de algum Orçamento ou de algumas GOP's que tivessem tantas ideias como estes.

Sublinhou o facto de o referido eleito já fazer parte destes meios há muitos anos e também o facto de muitas destas ideias apresentadas poderem vir a ser concretizadas. Disse achar que o senhor Presidente da Câmara tinha andado a verificar bem o Concelho todo, na sua total dimensão, para perceber onde podia e devia mexer e melhorar. Completou achar que o senhor Presidente da Câmara e a sua equipa tinham sido bastante felizes.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino da CDU**, dizendo desejar registar apenas duas coisas de forma aveludada. Declarou existir um dado significativo nesta questão e afirmou que ao contrário do que se disse, a oposição não tinha de dizer alguma coisa, mas tinha sim de fazer alguma coisa. Sublinhou que o seu grupo não

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

tinha dito qualquer coisa, tinham feito, tinham apresentado propostas escritas. A segunda questão era recordar que em mandatos da CDU, tinham sido chumbados todos os documentos, porque a política de alguns que cá estavam nessa altura era chumbar o Orçamento, as Grandes Opções do Plano, o Mapa de Pessoal, porque quanto pior, melhor. Afirmou que o seu grupo não estava na política deste modo e para chicane desse tipo eles não contavam, porque não estavam aqui com base no calculismo.

Garantiu que as pessoas tinham de ser vistas pelas palavras e pelos atos, não bastando dizer que se queria muito ao Concelho do Crato e às suas gentes. Tinha de ver dentro das filosofias, como podia cada um intervir. Elucidou estar de acordo com o facto de antes da elaboração destes documentos haverem reuniões de trabalho entre o Presidente da Câmara e os Presidentes de Junta, mas estes últimos, não tinham nada que os proibisse de antes da elaboração destes documentos, fazerem chegar por escrito os seus contributos e as suas propostas ao executivo municipal.

O Presidente da Câmara, **Joaquim Diogo**, expressou que sobre aquilo que tinham sido outros Orçamentos, podia garantir que este mandato tinha sido constituído para ser diferente, pela forma como deveriam conduzir quer a Câmara Municipal, quer a Assembleia, ficando satisfeito com o percurso feito até ao momento. Sublinhou notar que haviam elementos que contribuía uns mais do que outros para esse efeito e concluía que a desinformação nem sempre levava a bons resultados.

Afirmou ser um facto que as novas tecnologias estavam na berra, mas também existia forma de as combater. Expôs que no todo, que era composto por Orçamento, GOP's e Mapa de Pessoal, aquilo que apresentavam no presente dia, era um Orçamento realista com aquilo que lá conseguiam colocar e não uma carta ao Pai Natal, nem uma carta de sonhos. Afirmou terem de ser objetivos com aquilo que colocavam no Orçamento, porque as próprias regras do mesmo, diziam que não se podia inventar aquilo que lá iriam colocar. Declarou ser bom sonhar, mas também era bom ter-se a noção das regras, quando se fazia um Orçamento e umas GOP's. Expôs ser fácil gerar expectativas e até na política mundial tinham bons exemplos de como se geria esta realidade.

O Presidente da Câmara, **Joaquim Diogo**, disse que existia uma divisão na autonomia entre órgãos, porque estes eram autónomos e havia regras relativamente ao que devia ser colocado. Declarou ser eleito pelo Partido Socialista, dando os seus contributos aos seus eleitos da Junta de Freguesia de Monte da Pedra que exerceram o seu direito de estatuto de direito de oposição. Continuou expondo que o senhor Presidente da Junta tinha sido eleito por um partido, que caso tivesse vergonha de o assumir, tal como alguns Vereadores, que o dissesse,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

mas podia junto daqueles pelo qual foi eleito, ter enviado os seus contributos para o estatuto do direito de oposição, que com certeza seriam colocados nas opções deste Orçamento e GOP's.

A **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso**, interrompeu para pedir ao senhor Vereador que tivesse contenção na linguagem e que respeitasse o tempo de intervenção do senhor Presidente da Câmara.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Diogo**, continuou as suas declarações afirmando que os senhores Presidentes de Junta podiam tê-lo feito, mas assim não tinha acontecido. Frisou que aquilo que o estatuto de direito de oposição permitia era precisamente perceber quais eram as linhas mestras do Orçamento e dar contributos, para que fossem ou não acolhidos. Disse ser óbvio, a existência de coisas com que não se identificavam e que vinham em alguns contributos dos anos anteriores, mas a imaginação, tal como o professor dizia, estava livre, podendo terem sido criativos no que diziam ser falta de ambição e falta de sonho. Sobre as metas disse compreenderem aquilo que diziam, mas era necessário ter noção, de que muitas destas medidas requeriam que se fizesse o trabalho de esgotarem as possibilidades de candidaturas, ainda no quadro do Portugal 2020. Referiu que caso não fosse possível, então, com o Orçamento próprio do Município, responderiam às mesmas. Completou expondo haver uma indicação muito forte, que para a estabilidade financeira do Município, era necessário arrecadar-se o mais possível de receitas extraordinárias, sem serem aquelas que dependiam das transferências normais.

Reafirmou ser preciso fazer este percurso e por vezes custar um pouco adiar determinadas situações em qualquer uma das Freguesias, mas era necessário fazer o percurso, para tentarem aproveitar todas as oportunidades. Explicou existirem situações em que já tinham identificado ter a porta e a janela fechadas, mas tinham de avançar para elas. Manifestou que as mesmas estavam explanadas no Orçamento e nas GOP's, pelo cabimento/valor que tinham e que todos os membros da Assembleia Municipal podiam verificar quais eram as prioridades através do valor colocado.

Tomou a palavra o eleito **Francisco Sampaio Soares**, do PSD, dizendo não conhecer os moldes de funcionamento do estatuto do direito de oposição, mas por tudo o que ali tinha sido dito, parecia-lhe ser esse o único momento em podiam apresentar propostas e iniciativas a incluir nas GOP's, que era efetivamente o documento mais importante que ali estavam a aprovar. Depois desta questão resolvida, o Orçamento decorreria das opções tomadas, ajustadas e previstas as despesas para as atividades que pretendiam

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**

Município

desenvolver. Declarou não ser com certeza esse o único momento, em que o senhor Presidente e os senhores Vereadores, pudessem tomar conhecimento de quais eram as propostas daqueles que ali tinham sido designados como oposição. Manifestou parecer-lhe uma coisa sem sentido, o reconduzir à possibilidade de aceitação, a levar em consideração propostas, que no caso os Vereadores do PSD teriam apresentado, ao momento do estatuto do direito de oposição.

Completo que teriam sido apresentadas propostas ao longo do tempo porque as mesmas não foram refletidas. Afirmou que iriam apresentar uma declaração de voto onde a posição dos Vereadores do PSD seria refletida e a principal crítica apontada era a falta de uma linha estratégica de atuação por parte da Câmara, ou de uma linha estratégica coincidente com a do senhor Presidente, porque apesar deste achar que tinha uma linha estratégica, havia quem assim não o entendesse. Completo que o senhor Presidente teria de aceitar, de forma democrática, o facto de existir quem achasse que a sua linha estratégica não era a mais correta, porque não tinha o dom da verdade, assim como a oposição também não o tinha, havendo maneiras diferentes de ver as coisas.

O eleito **Francisco Sampaio Soares, do PSD**, disse registar a justificação que a bancada da CDU tinha entendido ser necessária dar à Assembleia relativamente ao apoio e à votação favorável que iriam fazer sobre estes dois documentos. Informou que o grupo do PSD iria votar contra pelas razões que tinha referido e como se verificaria na declaração de voto, pelo não acordo com a estratégica que esta Câmara tinha definida para o desenvolvimento do Concelho. Aproveitou para referir estarem a discutir documentos importantes e complexos e que seria bom que as Assembleias fossem marcadas com maior antecedência, porque oitos dias para se poderem estudar os assuntos e ter uma intervenção mais fundamentada era francamente pouco tempo. Sugeriu que no final da presente Assembleia pudessem apontar para uma data de fevereiro para terem tempo de preparar as coisas e ter até uma ideia da ordem de trabalhos que iria ser discutida.

A **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso**, explicou que a presente reunião ordinária desta Assembleia tinha sido convocada nos termos da Lei, cumprindo todos os requisitos em termos regulamentares e em termos regimentais. Declarou que relativamente à Assembleia de fevereiro, não a iriam agendar no presente dia porque seria prematuro, podendo-se ter a necessidade de convocar alguma reunião extraordinária antes dessa data.



O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Diogo**, deu nota relativamente às últimas declarações do eleito do PSD, que além de não ter comparecido ninguém no estatuto do direito de oposição, não tinha recebido da parte dos senhores Vereadores nenhum contributo para este Orçamento. Sobre a estratégia de que falavam, já se tinha disponibilizado várias vezes para a ouvir e compreender.

Garantiu que até hoje, ainda não tinha havido oportunidade da parte dos senhores Vereadores, de sugerirem uma data, um momento, para poderem discutir o que era essa dita estratégia. Expôs que caso fosse aquela que tinha encontrado, a estratégia das cinco medidas, também não era aquela com que sonhava para o seu Concelho. Esclareceu que a mesma, a única coisa que tinha, era um compromisso de 127 mil euros com uma empresa, para cinco ou seis projetos de requalificação de algumas casas no centro histórico do Crato e mais dois ou três percursos pedonais. Reafirmou que caso fosse esta a estratégia, não se identificava com ela.

Garantiu que caso fosse outra, estaria disponível para ouvir. Sobre a marcação da Assembleia, afirmou ter sido a seu pedido que a mesma tinha sido marcada, porque tinha enquadramento com um ponto que iam discutir de seguida e caso não se resolvesse a apresentação e aprovação desse plano, o Município perderia cerca de 20 mil euros, num subsídio de um projeto para a proteção das florestas.

O eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, esclareceu que a questão da justificação e da declaração política levantada pelo eleito Francisco Sampaio Soares, do PSD, tinha sido pertinente, porque deste modo não restavam dúvidas. Explicou que caso apenas tivessem votado e não tivessem apresentado a declaração de voto sabiam qual seria o folhetim radiofónico ou de internet, para destoar o sentido de voto, tal como o tinham feito com o Vereador da CDU, aquando da votação da taxa variante de IRC. Afirmou que o melhor era tudo ficar escrito, porque mesmo desse modo, podiam não ter a resposta que desejavam.

Declarou que caso tivessem sugestões deviam ser apresentadas por escrito e tal como o eleito Francisco Sampaio Soares tinha afirmado, não era necessário o cumprimento do estatuto do direito de oposição, para darem os contributos que entendessem. Sublinhou que não tinham de justificar, mas a CDU antes de tudo isto, apresentou outra figura que também estava no regimento e que também estava na Lei, a de recomendação. Completou sublinhando que por isso recomendaram à Câmara Municipal que levasse em linha de conta a questão do escândalo do bairro social que tínhamos.

Sublinhou que podiam fazer tudo do mais bonito do Concelho, podiam isentar todas as taxas, dar todos os apoios a todas as festas, mas aquelas famílias não mereciam estar a viver naquelas condições. Concluiu que o

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

fizeram como recomendação, que tinha ficado registado nos documentos e não tinha sido apenas esta a única recomendação que tinham feito.

Após discussão, a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o **Orçamento e Mapa de Pessoal para o Ano de 2020, à votação**, o qual foi **aprovado por maioria**, a saber:

a) **13** (treze) **votos a favor**, a saber:

- **9** (nove) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **4** (quatro) **votos do Grupo da CDU**: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.

**(Com apresentação de declaração de voto)**

b) **4** (quatro) **votos contra**, a saber:

- **4** (quatro) **votos do Grupo do PSD**: António Rodrigues Carita e Lopes Caladinho, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho e Eduarda Maria Subtil Pires.

Que disseram apresentar declaração de voto.

c) **2** (duas) **abstenções**, a saber:

- **2** (dois) **votos do Grupo do PSD**: Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

9. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, das **Grandes Opções do Plano 2020/2023**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



Tomou a palavra o eleito **António Rodrigues Lopes, do PSD**, dizendo que registou naquilo que leu, que houve candidaturas que não foram aceites, tendo que haver alguns ajustes, constatando que os técnicos da Câmara Municipal do Crato se esforçam para conseguir dinheiros dos Fundos Comunitários, dinheiros esses que vêm para Portugal, mas que tem muitas dúvidas que quando vem, são mal geridos.

Referiu que, está disponível para reunir com o senhor Presidente e com os técnicos da Câmara, para transmitir a sua sabedoria e a sua forma de pensar, no sentido de verem o que é possível para dar cobertura financeira a determinadas coisas que considera importantes o Concelho do Crato.

Tomou a palavra a eleita **Eduarda Subtil, do PSD**, questionando o senhor Presidente de qual a intenção para a reabilitação da Casa do Povo de Monte da Pedra, sendo a Casa do Povo uma responsabilidade da Câmara, mediante um acordo de comodato entre a Segurança Social e o Município do Crato e o Município deveria conservar este edifício tal como o encontrou.

A **Presidente da Assembleia, Sandra Cardoso**, interrompeu dizendo que a eleita Eduarda Subtil, na sua intervenção comete algumas imprecisões, uma vez que a propriedade da Casa do Povo de Monte da Pedra é da Segurança Social, e esse problema apenas diz respeito a esta entidade.

A eleita **Eduarda Subtil, do PSD**, tomou a palavra novamente perguntando o que o senhor Presidente tem previsto para a Casa Mortuária de Monte da Pedra, mediante as verbas alocadas a este edifício, que são de duzentos mil euros. Considera mais viável este investimento ser canalizado para às Termas de Monte da Pedra, pois iria beneficiar a Aldeia, o Concelho e até o Distrito em termos de turismo.

Interveio o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que se fala muito em ir buscar fundos à Comunidade Europeia, mas esta só o liberta dinheiro a quem execute as suas políticas, tendo sempre em linha de conta que o dinheiro quando vem nunca é a 100%, havendo sempre uma parte que os Municípios têm que assegurar com os seus próprios meios.

Considera que qualquer Câmara quando faz candidaturas aos fundos comunitários, deve pensar muito bem se esse investimento é realmente importante para o Município, se tem capacidade de cobertura financeira e se é estratégico.

Fez referência ao aumento da capacidade de endividamento da Câmara Municipal do Crato, o que quer dizer que este Município pode ir banca no caso de haver necessidade, mas considera que só se deve ir à banca em

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

situações de estratégia, referindo que este tema da estratégia deve ser debatido por forma a reunir consensos, porque o que é estratégico para o eleito Fernando Carmosino pode não ser para o Presidente da Câmara.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Diogo**, respondendo à eleita Eduarda Subtil referiu que nas Grandes Opções do Plano, uma das grandes intenções era a Junta de Freguesia de Monte da Pedra aceitar a descentralização de competências, e poder de alguma forma, assumir uma parte daquilo que é a proximidade que tem com os seus fregueses.

Disse que todas as outras intenções colocadas neste documento são vistas como um todo, e não o que é a competência da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia, lembrando que o Cemitério da Monte da Pedra é da competência da Junta de Freguesia.

Elucidou que o valor inscrito para a Casa Mortuária e para a Casa do Povo de Monte da Pedra é para se fazer projetos, pois uma das coisas que é exigida nas candidaturas é que haja maturidade nos processos e, que, relativamente à Casa do Povo, considera que o contrato de comodato deveria ter um objeto e caso não se tenha verificado, o mesmo pode ter caído.

Relativamente aos fundos comunitários referiu que, mesmo que não seja para este mandato algumas destas situações, aquilo que não quer que aconteça, e que vai ao encontro de algumas coisas que foram ditas, é não deixar o fim do mandato como o encontrou quando chegou, ou seja, não ter nenhum projeto para poder candidatar.

Relativamente à estratégia, disse que a CIMAA tem desafios muito importantes nos próximos anos e, que, felizmente, os atuais Presidentes de Câmara assumiram esses objetivos, onde um deles é a Barragem do Pisão, outro a Empresa das Águas, outro a Gestão dos Resíduos e outro os Transportes.

Estrategicamente entende que a gestão das águas deveria passar para esta empresa, muito por aquilo que, efetivamente, é o acesso aos fundos comunitários e muito pela capacidade que alguns Municípios poderiam não ter, eventualmente, de aceder a esses mesmos fundos, sabendo à partida que se irão colocar algumas questões relativamente ao tarifário.

Na questão dos resíduos, considera ser um grande problema, problema esse que necessita de uma boa estratégia, bem como na questão dos transportes, informando que aquilo que foi colocado à CIMAA é insuficiente para um território de baixa densidade, ou seja, a escala está subjacente relativamente àquilo que são os transportes e, portanto existe aqui um grande desafio.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

Referiu que quando se fala em estratégia, se deveria ter em conta aquilo que já foi feito relativamente à Barragem do Pisão, ou seja, trabalhar em conjunto naquilo que pode ser catapultador para esta região, havendo eventualmente outras coisas nas quais se deverá focar.

Disse que a sua responsabilidade relativamente às Termas de Monte da Pedra, é infinitamente inferior à de algumas pessoas que estão na sala, mas não deixa de assumir que também tem responsabilidade e, neste sentido, já solicitou informação sobre a capacidade de se poder abrir novamente como Termas ou não, pois relativamente à qualidade da água, aparentemente existe, mas no dia em que for sujeita a esforço tem que se ver se se mantém e, para isso existe uma Comissão criada.

A **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso**, informou que o Portugal 2020 exige em termos de intervenção em edifícios que haja título de propriedade e, um contrato comodato não regula o título de propriedade, não havendo a transferência da propriedade, mas sim transferência em termos de utilização.

Referiu que um contrato de comodato tem uma duração e tem um conjunto de cláusulas, dando como exemplo, uma das cláusulas relacionada com intervenções no edifício só podem ser feitas com autorização da entidade que tem o título de propriedade.

Tomou a palavra a eleita **Eduarda Subtil, do PSD**, dizendo que o edifício está em ruínas e não foi assim que foi entregue à Câmara, esta tinha obrigação de o manter independentemente do uso que tem.

A **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso**, disse que por motivos óbvios não iria argumentar.

A eleita **Eduarda Subtil, do PSD**, reforçou ainda que a Casa Mortuária de Monte da Pedra não necessita de um projeto, apesar de ter um problema de acessibilidade, mas considera que se resolve facilmente, não necessitando de candidaturas e considerando o valor afeto excessivo.

Em seu entendimento, uma comissão serve para informar o senhor Presidente da melhor estratégia a adotar para resolver problemas, não para lhe dizer se as Termas de Monte da Pedra têm a água em condições ou não, pois este estudo deverá ser feito por uma entidade isenta.

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires**, dizendo que relativamente à verba alocada à Casa Mortuária de Monte da Pedra, os eleitos do PSD entenderam que seria para a construção de uma nova, o que considera desnecessário, sugerindo que esse valor fosse canalizado para outra obra

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



necessária, dando como exemplo investir numa casa devoluta ao lado da Casa Mortuária existente, melhorando assim as condições desta.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, informando que relativamente às Casas Mortuárias dificilmente haverá candidatura, não se colocando neste caso a candidatura, mas sim um projeto, aceitando a visão de cada um e tendo também a sua estratégia.

Após discussão, a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou as **Grandes Opções do Plano 2020/2023, à votação**, o qual foi **aprovado** por **maioria**, a saber:

a) **13** (treze) **votos a favor**, a saber:

- **9** (nove) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Isabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **4** (quatro) **votos do Grupo da CDU**: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.

**(Com apresentação de declaração de voto)**

b) **4** (quatro) **votos contra**, a saber:

- **4** (quatro) **votos do Grupo do PSD**: António Rodrigues Carita e Lopes Caladinho, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho e Eduarda Maria Subtil Pires.

c) **2** (duas) **abstenções**, a saber:

- **2** (dois) **votos do Grupo do PSD**: Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.



**10. Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Autorização Prévia Genérica Relativa aos Apoios a Conceder às Freguesias do Concelho do Crato**

Não havendo pedidos de intervenção, a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **Autorização Prévia Genérica Relativa aos Apoios a Conceder às Freguesias do Concelho do Crato, à votação**, o qual foi **aprovado** por **unanimidade**.

**11. Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Norma de Controlo Interno do Município do Crato**

Não havendo pedidos de intervenção, a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **Norma de Controlo Interno do Município do Crato, à votação**, o qual foi **aprovado** por **unanimidade**.

**12. Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Crato**

A **Técnica do Gabinete Técnico Florestal, Isabel Amieiro**, fez a apresentação do Plano Municipal de Defesa da Floresta e colocou-se à disposição para esclarecer qualquer questão que os eleitos da Assembleia Municipal tivessem como pertinente.

Interveio o eleito **António Rodrigues Lopes, do PSD**, parabenizando a técnica pela boa apresentação do documento e dizendo que é necessário mais alguma sensibilização para este assunto dos incêndios, que são uma questão muito complexa.

Após discussão, a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou o **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Crato, à votação**, o qual foi **aprovado** por **unanimidade**.

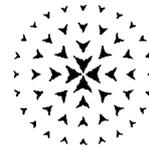
**13. Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª Revisão ao Orçamento 2019**

Não havendo pedidos de intervenção, a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **3.ª Revisão ao Orçamento 2019, à votação**, o qual foi **aprovado** por **maioria**, a saber:

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 7/2019, DE 8 DE NOVEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

a) **13** (treze) **votos a favor**, a saber:

- **9** (nove) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **4** (quatro) **votos do Grupo da CDU**: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.

b) **6** (seis) **abstenções**, a saber:

- **6** (seis) **votos do Grupo do PSD**: António Rodrigues Carita e Lopes Caladinho, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

### **14. Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, da **3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano****

**2019 – 2020**

Não havendo pedidos de intervenção, a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2019 – 2020, à votação**, o qual foi **aprovado por maioria**, a saber:

a) **13** (treze) **votos a favor**, a saber:

- **9** (nove) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.



- **4 (quatro) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.
- b) **6 (seis) abstenções**, a saber:
  - **6 (seis) votos do Grupo do PSD:** António Rodrigues Carita e Lopes Caladinho, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

### PERÍODO CONCEDIDO AO PÚBLICO

Registou-se a presença de público, mas não houve pedidos de intervenção.

De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar** a presente ata sob minuta por **unanimidade**.

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por **encerrada a sessão às zero horas e vinte e dois minutos**. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente minuta de ata que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, e por mim, **Cristina Isabel dos Santos Pereira** que a elaborei e subscrevi.